



Procuradoria Geral do Município de Niterói

Publicado em 27 de fevereiro de 2021

DECRETO Nº 13.931/2021

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DE ISOLAMENTO SOCIAL PARA REDUÇÃO DA TRANSMISSÃO DO CORONAVÍRUS ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2021, CONSOLIDA AS NORMAS QUE REGEM O ISOLAMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições, e,
CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;

CONSIDERANDO o Decreto nº 13.506/2020, que dispõe sobre a declaração de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Município de Niterói;

CONSIDERANDO que na decisão proferida pelo STF na ADI 6343 os "serviços essenciais (devem ser) definidos por decreto da respectiva autoridade federativa, sempre respeitadas as definições no âmbito da competência constitucional de cada ente federativo;

CONSIDERANDO necessidade de manutenção das medidas restritivas para evitar a disseminação do Coronavirus, consoante recomendação da OMS para as autoridades de saúde.

CONSIDERANDO o Ofício FMS/FGA nº 270 de 26 de fevereiro de 2021 que indicou que o Município mostra condições de manutenção do controle da pandemia, com capacidade de resposta rápida em situação de maior agravamento do panorama municipal e propôs alterações no Plano de Transição Gradual para o Novo Normal;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS E DA PRORROGAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL

Art. 1º Fica mantida a recomendação de isolamento social no Município até o dia 30 de abril de 2021.

§ 1º A saída da residência deve se dar apenas por motivos de trabalho, compra de gêneros alimentícios, ida a farmácias, por motivos médicos ou para ida a estabelecimentos cujo funcionamento esteja permitido ou por conta de atividade permitida.

§ 2º É obrigatório o uso de máscara facial em áreas públicas, bem como em espaços particulares em que houver atendimento ao público, sob pena de aplicação de multa instituída em lei.

Art. 2º Fica considerado obrigatório o uso de máscara facial não profissional durante o deslocamento de pessoas pelos bens públicos do Município e para o atendimento em estabelecimentos com funcionamento autorizado, em especial, para:

I - uso de meios de transporte público ou privado de passageiros;

II - desempenho de atividades laborais em ambientes compartilhados, nos setores público e privado.



Procuradoria Geral do Município de Niterói

Art. 3º Fica recomendado à população em geral, especialmente aos idosos e pessoas que se encontrem no grupo de risco afeto ao Coronavírus, que evitem locais onde haja aglomeração de pessoas tais como praias, parques e eventos em geral.

Art. 4º Fica determinada a redução da circulação nos acessos de Niterói com Municípios vizinhos, até o dia 28 de fevereiro de 2021.

Art. 5º A redução a que aduz o artigo anterior compreende a proibição de entrada de táxis e de veículos de Operadora de Transporte Compartilhado (OTC) por aplicativo de outros Municípios.

Art. 6º Fica permitida a realização de obras e/ou reparos não emergenciais na área comum ou em cada unidade individual dos condomínios edifícios ou de casas.

Art. 7º Fica mantida a proibição carga e descarga de caminhões (veículos pesados) nas principais vias e eixos viários do Município de Niterói, nos termos do croqui anexo ao Decreto nº 11.356/2013, nos horários de 06h às 10h e de 16h às 20h nos dias úteis e no horário de 06h às 10h aos sábados, nos termos do Decreto nº 11.356/2013.

CAPÍTULO II

DO RETORNO DAS AULAS NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Art. 8º A partir do dia 1º de fevereiro de 2021 fica autorizado o retorno das atividades nas instituições educacionais situadas no Município de Niterói, com base nas diretrizes constantes no Anexo I, nas Diretrizes para a Construção dos Planos Locais De Retorno às Atividades Presenciais da Educação Municipal de Niterói – Volumes I e II, e em portarias específicas expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação sobre o tema.

Art. 9º O retorno das atividades de ensino no Município será monitorado pelo sistema de vigilância e monitoramento escolar, na responsabilidade da coordenação das ações de vigilância e saúde do município.

§1º O retorno das atividades presenciais na rede privada de ensino do Município de Niterói será fiscalizado pelos órgãos de controle para esse fim, que ficará responsável também por orientar e dirimir dúvidas necessárias à implementação das medidas preventivas de contágio estabelecidas no Plano de Transição.

§2º O retorno das atividades presenciais na rede pública de educação do Município de Niterói se dará concomitantemente ao início do ano letivo e obedecerá às diretrizes e protocolos expedidos pelas autoridades sanitárias para prevenção e redução do contágio da COVID-19 publicadas no site da Fundação Municipal de Saúde, disponível em: <http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/>.

§3º A Fundação Municipal de Educação promoverá o treinamento dos servidores públicos, apoio logístico, municiamento dos equipamentos e demais medidas preventivas a que se refere o parágrafo anterior, referente a todas as unidades públicas de ensino geridas pelo Município de Niterói.

§4º As instituições educacionais privadas deverão assinar um termo de compromisso, formulado e entregue pela Fundação Municipal de Saúde, se comprometendo a observar todos os protocolos exigidos pela Administração para o retorno presencial das aulas.

§5º Havendo recrudescimento da crise sanitária ou constatado descontrole do contágio da COVID-19 em unidades específicas, independente da alteração de bandeira no sistema de vigilância epidemiológica, poderá o Município determinar a suspensão parcial ou total das atividades presenciais das unidades de ensino, com base nas diretrizes sanitárias estabelecidas em portaria específica.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES PRIVADAS



Procuradoria Geral do Município de Niterói

Art. 10. Ficam mantidas as autorizações para as atividades indicadas no Plano de Transição Gradual para o Novo Normal, estampadas no Decreto nº 13.604 de 21 de maio de 2020, conforme protocolos e taxas de ocupação e operação definidas semanalmente, de acordo com o Anexo I do referido Decreto, na redação dada pelo Decreto nº 13.717/2020.

§ 1º Deverão os estabelecimentos adotar medidas para que sejam mantidas as regras de distanciamento social, bem como deverão fornecer álcool em gel para os clientes e colaboradores e máscaras faciais para os colaboradores.

§ 2º Os estabelecimentos ficam responsáveis por admitir o ingresso apenas de clientes que usarem máscara facial.

§ 3º Os estabelecimentos e o comércio de rua passam a ter o funcionamento permitido, no Sinal Alerta Máximo (Amarelo Nível 2), no horário de 9h às 20h de 2ª à 6ª feira e de 8h às 20h aos sábados.

§ 4º Os centros comerciais passam a ter o funcionamento permitido, no Sinal Alerta Máximo (Amarelo Nível 2), no horário de 9h às 20h de 2ª à 6ª feira e de 8h às 20h aos sábados.

Art. 11. Os estabelecimentos comerciais, cujo funcionamento para atendimento ao público permaneça autorizado, observarão as regras de prevenção estabelecidas pelas autoridades de saúde do Município, sendo obrigatória a utilização de máscaras, ainda que de pano, por todos os funcionários do estabelecimento.

§1º As máscaras citadas no caput deverão ser fornecidas pelo estabelecimento aos seus funcionários.

§2º Estes estabelecimentos deverão disponibilizar gratuitamente álcool para enfrentamento e combate da disseminação do Coronavírus (COVID-19).

§3º No caso de lojas de grande porte, além dos pontos citados no parágrafo anterior, o estabelecimento comercial também deverá disponibilizar álcool em gel 70º em pontos estratégicos, conforme análise do próprio estabelecimento.

§4º Os estabelecimentos de que trata o caput devem higienizar suas instalações previamente à sua abertura diária a fim de diminuir o risco de contaminação.

§5º Os referidos estabelecimentos também serão responsáveis pela constante higienização dos carrinhos de compras, podendo a higienização ser solicitada pelo cliente.

Art. 12. Fica mantida a autorização para abertura de agências de turismo tão somente para as atividades internas de escritório e venda dos seus serviços.

Parágrafo único. As agências de turismo não estão autorizadas a desenvolver turismo no Município.

Art. 13. Fica mantida a autorização para a abertura de Casas de Festas, conforme protocolo presente no Anexo III do Decreto nº 13.726/2020.

Art. 14. Fica mantida a autorização para a abertura dos shopping centers, no Sinal Alerta Máximo (Amarelo Nível 2), no horário de 10h às 22h, em Operação Presencial Restrita, com teto de 50% de ocupação.

Art. 15. Fica mantida a autorização para funcionamento das praças de alimentação dos shoppings, consoante protocolo que consta no Anexo II do Decreto nº 13.726/2020.

Art. 16. Fica mantida a autorização para abertura dos clubes, no Sinal Alerta Máximo (Amarelo Nível 2), das 6 horas até as 23 horas, durante todos os dias da semana, observados os protocolos sanitários, de distanciamento social e de uso obrigatório de máscara facial.

Art. 17. Fica mantida a autorização para abertura dos quiosques, conforme protocolo presente no Anexo I do Decreto nº 13.726/2020.

Parágrafo Único. Fica mantida a autorização para realização das Feiras Livres, conforme protocolo presente no Anexo II do Decreto nº 13.726/2020.



Procuradoria Geral do Município de Niterói

Art. 18. Fica mantida a autorização da abertura de parques infantis de Shoppings e dos espaços de recreação infantil a partir do dia 07 de outubro de 2020, conforme protocolo presente no Anexo III do Decreto nº 13.726/2020.

Art. 19. Fica mantida a autorização para realização de feiras de artesanato a partir do dia 10 de outubro de 2020, conforme protocolo presente no Anexo Único do Decreto nº 13.769/2020.

Parágrafo único. Fica mantida a autorização para realização de feira de artesanato de São Francisco a partir do dia 18 de outubro de 2020, das 9 horas às 15 horas, conforme protocolo presente no Anexo Único do Decreto nº 13.769/2020.

Art. 20. Fica mantida a autorização para abertura para as atividades presenciais das escolas que oferecem cursos profissionalizantes, das autoescolas e dos cursos de idiomas a partir do dia 10 de outubro de 2020, em Operação Presencial Restrita, com teto de 50% de ocupação, de acordo com o protocolo estampado no Anexo I do Decreto nº 13.767/2020.

Art. 21. Fica mantida a autorização para o funcionamento dos cinemas, conforme protocolo presente no Anexo Único do Decreto nº 13.791/2020.

Art. 22. Fica mantida a autorização para o funcionamento dos teatros, conforme protocolo presente no Anexo Único do Decreto nº 13.804/2020.

SEÇÃO I

DO FUNCIONAMENTO DOS SUPERMERCADOS E MERCADOS

Art. 23. Os supermercados e mercados que já possuem serviço de entrega de compras – *delivery* – deverão atender as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, preferencialmente, por meio deste serviço, realizando as entregas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, enquanto perdurarem as medidas para enfrentamento e combate da disseminação do Coronavírus (COVID-19).

§1º Os estabelecimentos de que trata o *caput* devem higienizar suas instalações previamente à sua abertura diária a fim de diminuir o risco de contaminação.

§2º Fica o estabelecimento autorizado a requerer, em caso de dúvida razoável, documentação comprobatória da idade.

SEÇÃO II

DOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM MEDICAMENTOS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 24. Nos estabelecimentos que comercializam medicamentos e gêneros alimentícios, como farmácias, supermercados, mercados, padarias e similares, fica vedada a aproximação entre pessoas a uma distância inferior a 2 (dois) metros.

§1º Para o cálculo da distância a que alude o *caput* deve ser considerado todo o raio em volta da pessoa, ou seja, todos os lados.

§2º O estabelecimento comercial providenciará as marcações necessárias, no chão, para indicação da distância a que alude o *caput*.

§3º O estabelecimento comercial será responsável por garantir que os clientes estejam respeitando a distância mínima indicada, devendo, inclusive, avisar aos seus clientes sobre a presente determinação – preferencialmente por meio de sistema de som – a cada 10 (dez) minutos.

SEÇÃO III

DO FUNCIONAMENTO DOS RESTAURANTES E BARES

Art. 25. Os restaurantes e bares que já possuíam autorização regulamentada pelo Município de Niterói, considerando as orientações anteriores, ficam permitidos a funcionar com taxa de ocupação de 50% e respeitando o distanciamento de 1,5 metro entre as mesas.

§ 1º. A abertura de restaurantes e bares deve observar o Protocolo constantes no Anexo I do Decreto nº 13.675/2020.



Procuradoria Geral do Município de Niterói

§ 2º O horário de funcionamento no sinal Alerta Máximo (Amarelo nível 2) passa a ser de 11:00 à 00:00 hora, inclusive aos sábados, domingos e véspera de feriados, conforme Decreto nº 13.827/2020.

§ 3º. Fica autorizada a realização de música ao vivo nos bares e restaurantes, conforme protocolo presente no Anexo Único do Decreto nº 13.776/2020.

SEÇÃO IV

DO FUNCIONAMENTO DAS LANCHONETES, PADARIAS E CONFEITARIAS

Art. 26. O funcionamento das lanchonetes, padarias e confeitarias, considerando as orientações para prevenção e reorganização dos ambientes, de modo a torná-los mais seguros quanto ao risco de contágio da COVID-19, observará as diretrizes seguintes:

I - mesas organizadas com distanciamento mínimo de 1,5 metro entre elas, com no máximo 06 (seis) ocupantes do mesmo grupo, não sendo permitido mesas compartilhadas com estranhos;

II - no espaço interno, a taxa de ocupação deve ter o limite de 50%, no sinal de Alerta Máximo (Amarelo nível 2), respeitando sempre o distanciamento interpessoal mínimo de 1,5 metro;

III - não é permitido movimentação de mesas devendo ser mantido o layout inicial que garante o distanciamento mínimo de 1,5 metro;

IV - é obrigatória a instalação de barreiras físicas, de material liso, resistente, impermeável e que permita fácil higienização, entre os consumidores e parte interna do balcão – área de serviço, de higienização e/ou manipulação de alimentos.

V - fica permitida a utilização de balcões desde que mantida a distância de 1,5 metro entre os consumidores, com demarcação no piso e/ou nos assentos disponibilizados;

VI - fica recomendado, no uso dos equipamentos de Buffet, que não haja nenhum tipo de acesso do consumidor a área do buffet para escolha ou retirada dos pratos servidos, evitando-se assim qualquer tipo de fila ou aglomeração no interior do estabelecimento. A área terá apenas a permanência do funcionário do estabelecimento, que realizará o serviço de montagem e entrega dos pratos de refeição. O funcionário que executar essa atividade deverá estar usando touca e máscara facial, devendo higienizar as mãos com álcool 70º após a montagem e entrega de cada prato de refeição.

VII - caso o estabelecimento opte pelo sistema *self-service*, o mesmo deve sinalizar no piso o distanciamento mínimo de 1,5 metro na área do buffet para garantir o distanciamento entre os consumidores no momento da escolha, e fornecer aos consumidores, antes de entrar na área do buffet, álcool 70º para higienização correta das mãos, luva plástica que deverá ser descartada logo na saída da área do buffet, e exigir o uso da máscara facial em todo momento;

VIII - fica vedada a música ao vivo;

IX - O horário de funcionamento das lanchonetes, padarias e confeitarias, no Sinal Alerta Máximo (Amarelo Nível 2) será de 7h à 00:00 h, inclusive aos sábados, domingos e véspera de feriados, conforme Decreto nº 13.827/2020;

X - fica vedada a utilização de balcões compartilhados.

Parágrafo único. O funcionamento das lanchonetes, padarias e confeitarias deve seguir o Protocolo constantes no Anexo II do Decreto nº 13.675/2020.

Art. 27. Fica mantida a autorização para funcionamento da atividade das lanchonetes móveis – Street Food/Minivans de Cachorro Quente - das 16 horas à 00 hora, inclusive aos sábados, domingos e véspera de feriados, conforme Decreto nº 13.827/2020.

Parágrafo Único. O Anexo II do Decreto nº 13.717/2020 disciplina o protocolo para funcionamento da atividade das lanchonetes móveis – Street Food/Minivans de Cachorro Quente.

SEÇÃO V

DAS ATIVIDADES NAS ACADEMIAS E AS AULAS COLETIVAS, DANÇAS E LUTAS



Procuradoria Geral do Município de Niterói

Art. 28. Fica mantida a autorização das atividades nas academias e as aulas coletivas, danças e lutas, considerando as orientações para prevenção e reorganização dos ambientes, em modo a torná-los mais seguros quanto ao risco de contágio da COVID-19, constantes no Anexo III do Decreto nº 13.702/2020.

Parágrafo Único. O Anexo III do Decreto nº 13.702/2020 disciplina o protocolo para abertura das academias, especialmente:

I - é obrigatório o uso de máscara facial – as máscaras devem, impreterivelmente, ser utilizadas em todo espaço destinado para as atividades durante os exercícios, cobrindo boca e nariz;

II - é PERMITIDO o uso de chuveiros, devendo ser observadas as normas sanitárias de distanciamento; os vestiários também podem ser usados para troca de roupas mantendo-se a orientação do distanciamento interpessoal;

III - no espaço interno, a taxa de ocupação deve ter o limite de 30% no sinal de Alerta Máximo (Amarelo nível 2) e 50% no sinal de alerta (Amarelo Nível 1), respeitando prioritariamente sempre o distanciamento interpessoal de 2(DOIS) metros e com reorganização dos aparelhos e colchonetes como indicado anteriormente; e

IV - o horário de funcionamento será de 6h às 23h de segunda a sexta-feira e aos sábados, domingos e feriados das 7h às 14h.

Art. 29. Os protocolos para as atividades de escolinha de futevôlei, vôlei livre solo em parapente e escolinhas de vôlei de praia são as constantes dos Anexos IV, V e VI, respectivamente, do Decreto nº 13.702/2020.

Art. 30. Fica mantido o protocolo de uso das piscinas em academias fixado no Anexo II do Decreto nº 13.680/2020, na forma do estabelecido no Anexo Único do Decreto nº 13.797/2020 - readequação dos protocolos de uso das piscinas em academias.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS DE ISOLAMENTO SOCIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E PARA OS CONCESSIONÁRIOS

Art. 31. Fica mantida a autorização para o funcionamento das atividades internas presenciais em todas as Secretarias Municipais e entidades da Administração Indireta, após adoção de medidas de sanitização e publicação de protocolo próprio para evitar a disseminação do vírus nas unidades do Município.

§ 1º O atendimento ao público poderá ter horário reduzido, devendo ser priorizado os meios eletrônicos de atendimento.

§ 2º Fica mantida a autorização para manutenção de teletrabalho para os servidores e colaboradores maiores de 60 (sessenta) anos e para os que se insiram nos grupos de risco em relação ao Coronavírus.

§ 3º Os servidores e colaboradores maiores de 60 (sessenta) anos e os que se insiram nos grupos de risco em relação ao Coronavírus, mencionados no parágrafo anterior, que já tenham recebido a segunda dose da vacina há 15 (quinze) dias, deverão retornar ao trabalho presencial, nos mesmos moldes do § 4º desse artigo.

§ 4º Também fica permitido o teletrabalho aos demais servidores, de modo a se ter o mínimo de servidores em trabalho presencial, desde que não haja prejuízo ao serviço e a critério do respectivo Secretário ou Dirigente.

§ 5º Em caso de trabalho presencial, deverá ser observado o distanciamento de 2,0m (dois metros) entre os servidores e os colaboradores.

§ 6º As reuniões de trabalho devem ser realizadas preferencialmente por meios eletrônicos de comunicação.

§ 7º A Secretaria Municipal de Administração deverá fornecer máscaras faciais e álcool em gel para os servidores.



Procuradoria Geral do Município de Niterói

§ 8º O uso de elevadores deverá observar lotação que se atenha a um número máximo de pessoas que preserve o distanciamento social.

§ 9º Eventual fila para espera de elevadores e atendimento nas recepções da Prefeitura deverão observar o distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) entre pessoas, ficando os Secretários e Dirigentes de Entidades responsáveis pela observância desta norma, de acordo com o espaço físico correspondente ao respectivo órgão ou entidade.

§ 10. Eventual atendimento presencial deverá ser feito apenas se for imprescindível e, preferencialmente, com hora marcada.

Art. 32. Durante a vigência das medidas de isolamento social, fica autorizado o uso de e-mails institucionais para requerimentos dos cidadãos, devendo os órgãos e entidades municipais regulamentarem seu uso e divulgarem em seus sítios eletrônicos o respectivo canal de comunicação com o Poder Público.

Art. 33. Os documentos poderão ser assinados por meio de assinatura digital, nos moldes do Decreto nº 13.395/2019.

Art. 34. Os concursos públicos serão remarcados conforme a evolução da pandemia pelas respectivas autoridades.

Parágrafo único. Tão logo seja recomendado pelas autoridades de saúde, devem ser imediatamente remarçadas datas para realização das provas pelos respectivos gestores organizadores dos concursos.

Art. 35. Fica permitida a concessão de férias a servidores da área da saúde desde que não se comprometa a prestação do serviço público por conta da pandemia de Coronavírus.

Art. 36. Ficam suspensos os prazos para realização de prova de vida para os aposentados e pensionistas da Niterói Prev, enquanto perdurar a pandemia.

Parágrafo único. Ato do Presidente da autarquia previdenciária restabelecerá, quando oportuno, os prazos a que alude o caput.

Art. 37. A fluência dos prazos processuais dos processos administrativos, dos prazos para posse em cargos públicos e dos prazos para cessão de servidores municipais voltou a correr a partir do dia 07 de novembro de 2020.

Parágrafo único. Os prazos disciplinados no *caput* ficaram suspensos do dia 20 de março de 2020, data da publicação do Decreto nº 13.517/2020, até o dia 06 de novembro de 2020.

Art. 38. A não fluência dos prazos a que aduz o artigo anterior, não impede a realização voluntária dos atos pelo cidadão ou nomeado.

Art. 39. A Secretaria Municipal de Administração se incumbirá do procedimento administrativo de posse para os servidores nomeados.

Art. 40. Fica mantida a autorização para concessão de desconto de 30% (trinta por cento) das tarifas base para o serviço de transporte público na categoria individual por veículos de aluguel – táxi – no Município de Niterói até o dia 28 de fevereiro de 2021.

Art. 41. Fica permitida a cobrança de estacionamento pela concessionária Niterói Rotativo apenas para as vagas do Centro, São Domingos, Icaraí, Jardim Icaraí, São Francisco e Charitas.

Art. 42. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

CAPÍTULO V

DOS BENS E DOS ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E MUSEUS

Art. 43. Fica permitida a prática de atividades físicas individuais na areia e nos calçadões das praias da Região Oceânica e da Baía de Guanabara, das 6h às 12h30 e de 16h às 22h até o dia 28 de fevereiro de 2021, observadas as normas de distanciamento social.

§ 1º O horário das 10h30 às 12h30 será de utilização exclusiva por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, observadas as normas de distanciamento social.



Procuradoria Geral do Município de Niterói

§ 2º Ficam permitidas as atividades físicas orientadas por professores de educação física, como circuitos de praia, nos horários previstos no caput do presente artigo, desde que haja utilização de máscara, álcool em gel e mantido o distanciamento social entre os participantes.

§3º Os quiosques localizados na orla das praias da Região Oceânica e da Baía de Guanabara ficam autorizados a funcionar das 6h às 12h30 e de 16h às 22h até o dia 28 de fevereiro de 2021,

§4º Fica vedado o exercício da atividade de comércio ambulante.

§5º Fica vedada a utilização comercial da areia das praias para colocação de mobiliário, como mesa, cadeiras e similares.

Art. 44. Fica mantida a autorização para os treinos nas escolinhas de futevôlei nas praias, nos termos do Protocolo definido no Anexo IV do Decreto nº 13.702/2020.

Art. 45. Fica mantida a autorização para o voo solo de parapente, nos termos do Protocolo de Segurança definido no Anexo V do Decreto nº 13.702/2020.

Art. 46. Fica mantida a autorização para os treinos nos Centro de Treinamento e escolas de Vôlei de praia de Niterói, nos termos do Protocolo definido no Anexo VI do Decreto nº 13.702/2020.

Art. 47. Fica mantida a autorização para a atividade de canoa havaiana, nos termos do Protocolo definido no Anexo VII do Decreto nº 13.702/2020.

Art. 48. Até o dia 28 de fevereiro de 2021, fica mantido o fechamento de vias públicas de acesso às praias da Região Oceânica de Niterói, sendo permitido apenas os acessos de moradores e serviços de entrega.

Parágrafo Único. Ato da autoridade de trânsito disciplinará a proibição de estacionamento nas proximidades das respectivas praias, bem como a discriminação das respectivas vias e a documentação necessária para o acesso e/ou estacionamento excepcional nas vias públicas a que aduz o caput.

Art. 49. Fica mantida a autorização para a abertura da área externa do Museu de Arte Contemporânea (MAC), de domingo a domingo, das 9h às 18h.

§ 1º O MAC receberá, no máximo, 25 pessoas ao mesmo tempo.

§ 2º O uso de máscara facial é obrigatório fora ou dentro da estrutura do MAC.

§ 3º Os visitantes do MAC terão a sua temperatura aferida e deverão manter distanciamento mínimo de 1,5 metros entre si.

Art. 50. Fica mantida a autorização para abertura das praças municipais a partir do dia 22 de outubro de 2020, das 9 horas às 18 horas, de acordo com as medidas obrigatórias estampadas no Decreto nº 13.604/2020, com exceção das quadras poliesportivas, que deverão permanecer fechadas.

Art. 51. Fica permitido o funcionamento dos seguintes espaços públicos:

I – Parque da Cidade;

II – Campo de São Bento;

III – Horto do Fonseca;

IV – Horto do Barreto;

V- Parque Rural do Engenho do Mato.

Art. 52. Fica mantida a autorização para visitação pública interna do Museu Janete Costa e do Museu de Arte Contemporânea, no horário de 10h às 18h de 3ª (terça-feira) a domingo, conforme Protocolo constante do Anexo VIII do Decreto nº 13.702/2020.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. A desobediência aos comandos previstos neste Decreto sujeitará ao infrator à aplicação das seguintes penas, sem prejuízo às demais sanções civis e administrativas: advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição, suspensão de venda e/ou de fabricação, cancelamento do



Procuradoria Geral do Município de Niterói

registro, interdição parcial ou total, cancelamento de autorização para funcionamento, cancelamento do alvará de licenciamento, proibição de propaganda e/ou multa, conforme previsão da Lei nº 2.564/2008 - Código Sanitário Municipal.

Art. 54. As medidas previstas no presente Decreto poderão ser prorrogadas, de acordo com a evolução da pandemia e das orientações das autoridades de saúde, podendo inclusive ser revistas, a qualquer momento, as autorizações para funcionamento de estabelecimentos e realização de atividade, caso haja piora dos indicadores atinentes à pandemia em Niterói.

Art. 55. Fica alterada a tabela do Anexo I do Decreto Municipal 13.604/2020 pela tabela do Anexo I do presente Decreto.

Art. 56. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

Axel Graef – Prefeito

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, _____ (NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO), inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada no _____ endereço

(endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador (a) do R.G. nº _____, inscrito (a) no CPF nº _____, COMPROMETE-SE, junto ao MUNICÍPIO DE NITERÓI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 6º andar, Bairro Centro, Niterói-RJ, e à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, a observar TODAS as regras de biossegurança apresentadas nas Diretrizes para a Construção dos Planos locais de Retorno às Atividades Presenciais da Educação Municipal de Niterói, disponível em <http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/e> <https://www.educacaoniteroi.com.br/>, como medida de contenção da propagação da COVID-19, e nos demais atos normativos municipais sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes infratores, podendo responder por crimes contra a saúde pública e contra a administração pública em geral, tipificados nos artigos 268 e 330, ambos do Código Penal. Informa que:

- Possui _____ matrículas ativas no Ensino Médio, que _____ alunos pretendem retornar às atividades presenciais no Ensino Médio e _____ alunos pretendem manter exclusivamente as atividades remotas por ora;

- Possui _____ matrículas ativas no Ensino Fundamental, que _____ alunos pretendem retornar às atividades presenciais no Ensino Fundamental e _____ alunos pretendem manter exclusivamente as atividades remotas por ora;

- Possui matrículas _____ ativas na Educação Infantil, que _____ alunos pretendem retornar às atividades presenciais na Educação Infantil e _____ alunos pretendem manter exclusivamente as atividades remotas por ora.

O presente Termo de Compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, sendo que seu descumprimento poderá ensejar a execução judicial das obrigações dele decorrentes, bem como não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento do Poder Público, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais.

Niterói, _____ de _____ de 2021.

COMPROMISSÁRIO

Após preenchido, enviar para o e-mail: vigilanciaescolar.nit@gmail.com



Procuradoria Geral do Município de Niterói

RESTRIÇÃO	Operação	Determina se a atividade está em funcionamento no rito, e qual o grau de periculosidade (ritos de baixa/intermediária/alta periculosidade (respeito à lei)).
	Modo de Operação	Indica como operar - presencial no estabelecimento, híbrido ou outra alternativa para manter a atividade funcionando (ex. BSC, teletrabalho, etc.).
	Horários	Estabelece o horário de funcionamento do estabelecimento, caso aberto.
	Teto de Ocupação	Indica qual a taxa máxima de ocupação do espaço físico (percentual %), em relação ao normal de operação em dia útil, considerando área em uso ou produção física e respeitando o distanciamento mínimo entre pessoas. Considerar substituições + salubres, caso aplicável.
RESTRIÇÃO	Higienização	Superfícies, instrumentos, pisos, paredes, teto de ar condicionado e etc. Cobrir ambientes expostos. Uso de TSC ou álcool em locais de fácil acesso; Educação e treinamento para as equipes sobre etiqueta respiratória; Educação educativa de fácil compreensão (ex. Infográficos...)
	Informativo visível a público e funcionários	Informações escritas sobre higienização; Informações sobre cuidados para a prevenção.
	Cuidado no atendimento ao público	Evitamento de toques; Tocando alternadas; Tendas ou CR Caixa para atendimento ao público (para filas e aglomerações).
	Distanciamento entre as pessoas	Mín. 2 metros entre pessoas sem EPI; Mín. 1,5 metro entre pessoas com EPI; Tombadas físicas entre pessoas.
	Tratamento diferenciado para grupos de risco	* preferência de atendimento; Tombão de atendimento exclusivo;
	EPIs obrigatórios	Respeitar para cada atividade: Tombadas; Tombos obrigatórios; Tombadas;
	Afastamento dos grupos de risco	Idosos de 60 anos; Pessoas vulneráveis; Grávidas e puérperas.
	Afastamento de positivos ou suspeitos	Quarentena mín. 14 dias de atividades de contato com outras pessoas.
	Monitoramento de Temperatura	Tombão 100% de temperatura das colaboradores e clientes.
	Restrição específica à atividade	Incluir, se houver: * tarefas higienizadas e individualizadas (sem contato); * tombo escrito em buffer; * ocupação exclusiva das pessoas da janela do coberto;

RESTRIÇÃO	Operação	Determina se a atividade está em funcionamento no rito, e qual o grau de periculosidade (ritos de baixa/intermediária/alta periculosidade (respeito à lei)).
	Modo de Operação	Indica como operar - presencial no estabelecimento, híbrido ou outra alternativa para manter a atividade funcionando (ex. BSC, teletrabalho, etc.).
	Horários	Estabelece o horário de funcionamento do estabelecimento, caso aberto.
	Teto de Ocupação	Indica qual a taxa máxima de ocupação do espaço físico (percentual %), em relação ao normal de operação em dia útil, considerando área em uso ou produção física e respeitando o distanciamento mínimo entre pessoas. Considerar substituições + salubres, caso aplicável.
RESTRIÇÃO	Higienização	Superfícies, instrumentos, pisos, paredes, teto de ar condicionado e etc. Cobrir ambientes expostos. Uso de TSC ou álcool em locais de fácil acesso; Educação e treinamento para as equipes sobre etiqueta respiratória; Educação educativa de fácil compreensão (ex. Infográficos...)
	Informativo visível a público e funcionários	Informações escritas sobre higienização; Informações sobre cuidados para a prevenção.
	Cuidado no atendimento ao público	Evitamento de toques; Tocando alternadas; Tendas ou CR Caixa para atendimento ao público (para filas e aglomerações).
	Distanciamento entre as pessoas	Mín. 2 metros entre pessoas sem EPI; Mín. 1,5 metro entre pessoas com EPI; Tombadas físicas entre pessoas.
	Tratamento diferenciado para grupos de risco	* preferência de atendimento; Tombão de atendimento exclusivo;
	EPIs obrigatórios	Respeitar para cada atividade: Tombadas; Tombos obrigatórios; Tombadas;
	Afastamento dos grupos de risco	Idosos de 60 anos; Pessoas vulneráveis; Grávidas e puérperas.
	Afastamento de positivos ou suspeitos	Quarentena mín. 14 dias de atividades de contato com outras pessoas.
	Monitoramento de Temperatura	Tombão 100% de temperatura das colaboradores e clientes.
	Restrição específica à atividade	Incluir, se houver: * tarefas higienizadas e individualizadas (sem contato); * tombo escrito em buffer; * ocupação exclusiva das pessoas da janela do coberto;



Procuradoria Geral do Município de Niterói

SINAL VERMELHO

LÍDERES		CARGOS E FUNÇÕES		SITUAÇÃO		SITUAÇÃO DE PAGAMENTO													
Nome	CPF	Nome	Valor	Valor	Valor	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	Saldo em aberto	
LÍDERES	
	
	
	
	
LÍDERES	
	
	
	
	



Procuradoria Geral do Município de Niterói

SINAL AMARELO NIVEL 1

Líder		Código de Verificação										Código de Verificação												
Partido	Nome	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF
PSDB



Procuradoria Geral do Município de Niterói

SINAL AMARELO NÍVEL 1

Código		Descrição		Valor		Situação												
Item	Subitem	Descrição	Valor	Valor	Valor	Empenhado	Cancelado	Empenhado	Cancelado	Empenhado	Cancelado	Empenhado	Cancelado	Empenhado	Cancelado	Empenhado	Cancelado	
1.3.3.00	30000	Despesa com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30001	Honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30002	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30003	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30004	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30005	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30006	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30007	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30008	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30009	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
30010	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000														
1.3.3.01	30011	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30012	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30013	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30014	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30015	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30016	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30017	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30018	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30019	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30020	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
1.3.3.02	30021	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30022	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30023	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30024	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30025	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30026	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30027	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30028	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30029	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													
	30030	Despesas com honorários advocatícios	1000000	1000000	1000000													

Todos os valores são estimados e não representam o valor real das despesas. O valor real das despesas será informado pelo sistema de gestão financeira do município.

Fonte: Sistema de Gestão Financeira do Município de Niterói.

Atualizado em: 10/05/2023.



Procuradoria Geral do Município de Niterói

ANEXO AMARILHO NIVEL 2

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Observações
1.1.1.1.1.1
1.1.1.1.1.2
1.1.1.1.1.3
1.1.1.1.1.4
1.1.1.1.1.5
1.1.1.1.1.6
1.1.1.1.1.7
1.1.1.1.1.8
1.1.1.1.1.9
1.1.1.1.1.10
1.1.1.1.1.11
1.1.1.1.1.12
1.1.1.1.1.13
1.1.1.1.1.14
1.1.1.1.1.15
1.1.1.1.1.16
1.1.1.1.1.17
1.1.1.1.1.18
1.1.1.1.1.19
1.1.1.1.1.20
1.1.1.1.1.21
1.1.1.1.1.22
1.1.1.1.1.23
1.1.1.1.1.24
1.1.1.1.1.25
1.1.1.1.1.26
1.1.1.1.1.27
1.1.1.1.1.28
1.1.1.1.1.29
1.1.1.1.1.30
1.1.1.1.1.31
1.1.1.1.1.32
1.1.1.1.1.33
1.1.1.1.1.34
1.1.1.1.1.35
1.1.1.1.1.36
1.1.1.1.1.37
1.1.1.1.1.38
1.1.1.1.1.39
1.1.1.1.1.40
1.1.1.1.1.41
1.1.1.1.1.42
1.1.1.1.1.43
1.1.1.1.1.44
1.1.1.1.1.45
1.1.1.1.1.46
1.1.1.1.1.47
1.1.1.1.1.48
1.1.1.1.1.49
1.1.1.1.1.50
1.1.1.1.1.51
1.1.1.1.1.52
1.1.1.1.1.53
1.1.1.1.1.54
1.1.1.1.1.55
1.1.1.1.1.56
1.1.1.1.1.57
1.1.1.1.1.58
1.1.1.1.1.59
1.1.1.1.1.60
1.1.1.1.1.61
1.1.1.1.1.62
1.1.1.1.1.63
1.1.1.1.1.64
1.1.1.1.1.65
1.1.1.1.1.66
1.1.1.1.1.67
1.1.1.1.1.68
1.1.1.1.1.69
1.1.1.1.1.70
1.1.1.1.1.71
1.1.1.1.1.72
1.1.1.1.1.73
1.1.1.1.1.74
1.1.1.1.1.75
1.1.1.1.1.76
1.1.1.1.1.77
1.1.1.1.1.78
1.1.1.1.1.79
1.1.1.1.1.80
1.1.1.1.1.81
1.1.1.1.1.82
1.1.1.1.1.83
1.1.1.1.1.84
1.1.1.1.1.85
1.1.1.1.1.86
1.1.1.1.1.87
1.1.1.1.1.88
1.1.1.1.1.89
1.1.1.1.1.90
1.1.1.1.1.91
1.1.1.1.1.92
1.1.1.1.1.93
1.1.1.1.1.94
1.1.1.1.1.95
1.1.1.1.1.96
1.1.1.1.1.97
1.1.1.1.1.98
1.1.1.1.1.99
1.1.1.1.1.100



Procuradoria Geral do Município de Niterói

SERIAL LARANJEIRA		
ANO	VALOR	DATA
2011	5.327,00	01/01/2011
2012	5.327,00	01/01/2012
2013	5.327,00	01/01/2013
2014	5.327,00	01/01/2014
2015	5.327,00	01/01/2015
2016	5.327,00	01/01/2016
2017	5.327,00	01/01/2017
2018	5.327,00	01/01/2018
2019	5.327,00	01/01/2019
2020	5.327,00	01/01/2020
2021	5.327,00	01/01/2021
2022	5.327,00	01/01/2022
2023	5.327,00	01/01/2023
2024	5.327,00	01/01/2024
2025	5.327,00	01/01/2025
2026	5.327,00	01/01/2026
2027	5.327,00	01/01/2027
2028	5.327,00	01/01/2028
2029	5.327,00	01/01/2029
2030	5.327,00	01/01/2030
2031	5.327,00	01/01/2031
2032	5.327,00	01/01/2032
2033	5.327,00	01/01/2033
2034	5.327,00	01/01/2034
2035	5.327,00	01/01/2035
2036	5.327,00	01/01/2036
2037	5.327,00	01/01/2037
2038	5.327,00	01/01/2038
2039	5.327,00	01/01/2039
2040	5.327,00	01/01/2040
2041	5.327,00	01/01/2041
2042	5.327,00	01/01/2042
2043	5.327,00	01/01/2043
2044	5.327,00	01/01/2044
2045	5.327,00	01/01/2045
2046	5.327,00	01/01/2046
2047	5.327,00	01/01/2047
2048	5.327,00	01/01/2048
2049	5.327,00	01/01/2049
2050	5.327,00	01/01/2050